



## Entrevista a Isabel Raposo, arquiteta-urbanista, investigadora e professora da FAUL

Paulo Moreira

moreirapaulo@gmail.com

Arquiteto e Investigador, bolsheiro de pós-doutoramento do projeto Africa Habitat, sediado na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, Portugal, financiado pela FCT e AKDN (programa *Knowledge for Development Initiative*), Portugal

Gonçalo Folgado

goncalofolgado@gmail.com

Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa (CEACT/UAL), Portugal

**Para citação:** MOREIRA, Paulo; FOLGADO, Gonçalo – Entrevista a Isabel Raposo, arquiteta-urbanista, investigadora e professora na FAUL. Estudo Prévio 19. Lisboa: CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2021, p. 22-35. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: [www.estudoprévio.net](http://www.estudoprévio.net)]. DOI: <https://doi.org/10.26619/2182-4339/19.3>

Creative Commons, licença CC BY-4.0: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

**Paulo Moreira: Boa tarde Isabel, boa tarde Gonçalo. Como parte do dossier da revista Estudo Prévio de que sou editor, surgiu naturalmente a ideia de entrevistar a arquiteta, urbanista e professora Isabel Raposo. Para isso, desafiei o Gonçalo Folgado, professor no Da/UAL e ex-aluno da Isabel, na FAUL, para conduzir esta conversa comigo. A Isabel Raposo é professora associada na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, tem participado e promovido investigação e ações locais e de extensão universitária em vários bairros periurbanos autoproduzidos na Área Metropolitana de Lisboa, em Maputo e também em Luanda, ao longo de vários anos. É atualmente coordenadora do projeto Africa Habitat e coordenadora do GESTUAL (Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local) do CIAUD da Faculdade de Arquitectura. Ao longo dos últimos anos da sua carreira como professora, tem dinamizado a discussão ao nível académico sobre o Direito à Cidade. Para começar, pedimos à Isabel para olhar para o seu percurso e enumerar algumas referências (colegas, professores, autores) que a influenciaram e marcaram o início da sua carreira.**

Muito obrigada, Paulo e Gonçalo, por este convite tão simpático, e a paciência para me ouvirem. Respondendo ao Paulo, começo por dizer algo que explica algumas dimensões da minha postura e da minha forma de estar. Em pequena, eu era extraordinariamente tímida, ficava em casa, fechada, a desenhar ou a ler e escondia-me dos adultos. Tinha uma paixão pela dança, que só se concretizou aos vinte e cinco anos, levando-me a um retiro de dança jazz, de alguns meses em Paris; em pequena não tive possibilidade de enveredar por esse caminho, por esse palco da vida, que imaginava como o meu mundo. Em compensação colecionava imagens dos grandes dançarinos e dançarinas da época. O nome do grupo Gestual<sup>1</sup> surge também dessa paixão e encantamento com o gesto do corpo no espaço. Esta dimensão artística e muito sensitiva marca todo o meu percurso de vida. Embora no último período tenha dado maior ênfase ao lado racional, essa é a minha dimensão estruturante e primordial, a que desejo urgentemente voltar.

Como referências da infância que influenciaram a minha vida profissional, lembro-me de ter encontrado na biblioteca do meu pai, para além de muitos livros de história da arte e da obra de pintores, que eu devorava, um livro de Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, que levei para a minha estante pessoal. Tive dificuldade em compreender toda a riqueza e complexidade da sua mensagem, porque o meu mundo era muito mais feito de sensações, emoções e formas do que de pensamentos bem estruturados. Mas aquela leitura despertou-me imensa curiosidade e deixou pistas que ficaram ali, suspensas, a pairar na minha mente, até vir a amadurecer a compreensão do materialismo histórico, a sua teoria e metodologia. A dimensão artística, do desenho e da pintura, era então a mais importante. Pintava pouco, mas desenhava muito, desenhos realistas de rostos e corpos ou desenhos de sensações e percepções em manchas simbólicas coloridas. E, ainda miúda, tinha uns dez a doze anos, imaginava e desenhava plantas mobiladas de espaços habitacionais e lembro-me de ter concebido uma escola de dança. Acho que fiz mais projetos de arquitetura nessa altura do que depois na vida profissional... [risos]

Mas era a pintura que queria seguir. Num dado período também quis ingressar em matemática. Acabei seguindo arquitetura. Esta hesitação tem a ver exatamente com a presença forte dos dois lados, um muito sensitivo e outro mais racional. Quando entrei em arquitetura na então ESBAL (Escola Superior de Belas Artes de Lisboa), foi um tempo de descoberta de um outro mundo possível. Eu entrei em 1969 e esse meu primeiro ano letivo foi marcado por uma forte contestação estudantil que levou a um ato simbólico do enterro da velha escola arcaica com uma performance do nosso colega José Fanha, hoje consagrado poeta. Isto ocorreu na sequência de vários movimentos defensores da autogestão e da democratização do ensino na década de 60, em várias cidades do mundo e da Europa, como em Turim e Roma, em 1964, ou em Paris, onde uma inquietação crescente, levou ao Maio de '68, marcado por grandes movimentações estudantis, que contagiaram outras cidades francesas e chegaram a Portugal à escola do Porto e à de Lisboa, uns anos antes do fim da ditadura, exatamente quando eu ingressava no ensino superior. De jovem recolhida no seu mundo interior, de repente vejo-me numa Escola em grande ebulição, onde os estudantes, meus colegas dos vários anos do curso, com a cumplicidade de alguns professores, desencadeavam ensaios de um novo tipo de aprendizagem da arquitetura, organizando grupos espontâneos de discussão reflexiva e crítica sobre o modelo de ensino e a função social

do arquiteto, para um mundo mais justo. Foi uma oportunidade maravilhosa de abrir o horizonte da minha compreensão da sociedade e da arquitetura.

Nos anos seguintes, com a situação académica de volta à “normalidade” institucional, recordo dois professores que me incentivaram o prazer pela leitura: o geógrafo Jorge Gaspar, que entre outros, me fez descobrir o Orlando Ribeiro e o seu olhar sobre os tipos de povoamento e do habitat rural, que marcou a minha paixão pela arquitetura vernacular e, também, o arquiteto Tomás Taveira, que nas suas aulas de Teoria da Arquitetura nos desafiou a ler os autores que, nos anos 60/70, punham em causa o racionalismo do movimento moderno, desde Kevin Lynch e Gordon Cullen, ao Leonardo Benevolo. Nesta descoberta de outros horizontes do pensamento, destaco o encontro com a obra de Amos Rapoport, sobre a antropologia da casa (*Pour une Anthropologie de la Maison*, 1972), e com a de Christopher Alexander, que explora com Serge Chermayeff a noção de comunidade e privacidade (*Community and Privacy: Toward a new architecture of Humanism*, 1965). Estas referências entre outras marcaram as minhas inquietações e interesses de pesquisa que perduram até hoje sobre a transformação do habitat popular rural e (sub)urbano, o papel do arquiteto e das comunidades na produção do seu espaço.

Em 1974, estando eu a concluir o quinto e penúltimo ano de arquitetura, intensifica-se o Movimento das Forças Armadas contra a solução militar nas então colónias, levando ao golpe militar do 25 de Abril, ao fim do regime ditatorial, ao desmantelamento das estruturas do Estado Novo e à independência das colónias africanas. Durante dois anos, o processo revolucionário em Portugal é apropriado pelas populações, que podem enfim reclamar, em voz alta, os seus direitos à habitação e a melhores condições de vida. Nesse período, a ESBAL é fechada. Um grupo de colegas ativo e militante, reúne-se regularmente num andar, por cima da então “Leitaria Garrett”, local de encontro dos estudantes (frente à Rua Ivens e a 5 min a pé da Escola, hoje Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa). Discutia-se a situação política e social e a luta dos moradores dos bairros pobres. Participei nalguns dos encontros e com esses colegas fui forjando uma maior consciência dessa outra realidade e da extrema desigualdade social e espacial.

Na mesma altura, em 31 de julho de 1974, foi instituído o SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, concebido pelo arquiteto Nuno Portas, grande referência para muitos de nós e que era então o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. O SAAL foi implementado pelo Fundo de Fomento da Habitação. Como jovem finalista, vou lá bater a porta, para saber se eles precisavam de uma estudante, que pouco ou nada sabia, mas cheia de vontade de aprender, fazendo. O SAAL, foi para mim, o grande mergulho nessas outras realidades socioespaciais das periferias pobres que me deu a perceção clara da importância do papel do arquiteto nesses lugares, na procura de soluções dignas, em estreita interação com os moradores. Sou chamada a participar no bairro da Falagueira, na então freguesia da Amadora, onde um incêndio tinha devorado cinquenta habitações de grande precariedade, designadas então de “barracas”. Com outros estudantes e com os próprios moradores, colaborámos na construção urgente de casas provisórias, acarretando tijolos para o realojamento imediato destas famílias. Sou depois convidada a fazer parte da equipa SAAL, coordenada pelo arquiteto Cruz Henriques, encarregue de elaborar o plano para o realojamento definitivo das mesmas famílias, no atual Bairro 11 de Março de Alfovelos. Face à urgência optou-se pela construção pré-

fabricada, mas mais que a solução técnica do projeto, interessavam-me as dimensões socioespaciais e participativas do processo. Por tensões na equipa, não acompanhei esse trabalho até à sua implementação. Tive a sorte de começar logo de seguida a colaborar com outra equipa SAAL, neste caso, de Loures, coordenada pelo arquiteto Keil do Amaral, filho, o Pitum, grande humanista e criativo humorista, muito sensível às dimensões sociais do projeto e à procura de soluções exequíveis pensadas com os habitantes. O Pitum foi uma referência no meu percurso profissional e de busca de uma relação de maior proximidade com os bairros, as associações e as comunidades. Trabalhámos sobretudo no Catujal, onde o Pitum projetou e orientou a construção de um pequeno centro social, a que eu dei um muito modesto contributo na mão-de-obra. Concluído esse pequeno centro, aí dei aulas de alfabetização, algumas noites por semana, durante dois anos, a jovens e adultos trabalhadores, alguns imigrantes de Cabo Verde, seguindo o método Paulo Freire de consciencialização dos alfabetizandos a partir do seu saber da vida. O seu pensamento pedagógico e político, que tão bem expressou na sua obra maior *Pedagogia do Oprimido* (1975), o ensino do alfabeto, a partir da experiência concreta da vida dos alunos, constitui uma ferramenta de emancipação social, ao mesmo tempo que transforma o educador, promovendo a sua aproximação aos significados do quotidiano dos trabalhadores, estimulando a relação dialógica e o respeito pelo outro. Esta imersão profunda em outras realidades sociais e espaciais e outras histórias de vida, foi reforçando cada vez mais a minha perceção de que buscava outra dimensão para o meu papel de arquiteta.

Em 1978, num momento de transição, emigro para França para explorar o que tinham sido as minhas paixões maiores, a dança jazz e o desenho. Mas, ao fim de alguns meses sou chamada para Moçambique pelo Pitum – que aí se tinha instalado, a convite do arquiteto José Forjaz, então diretor da Direção Nacional de Habitação, em Maputo. Agarro as malas e em agosto de 1979, rumo ao Sul, para me juntar a essa equipa estimulante e voltar a abraçar as causas socioespaciais.

**Gonçalo Folgado: É este teu lado mais sensitivo, o gosto de trabalhar nas margens e a curiosidade pelo outro, que te leva para Moçambique. Fala-nos dessa estadia. Qual foi a melhor parte que retiras dessa viagem, qual foi o ensinamento mais útil que toda essa experiência te trouxe para o exercício da profissão, e até mesmo para a tua formação enquanto pessoa?**

Em Moçambique, para além do Pitum, que já se integrara em Maputo com a sua grande família, duas outras pessoas vão ter uma influência decisiva no meu processo de crescimento e transformação. O António Quadros foi a grande referência, exímio desenhador, pintor e poeta maior, com seus heterónimos, João Pedro Grabato Dias, Frey Ioannes Garabatus, Multimati Barnabé João e vários livros editados, apicultor também, construtor-arquiteto e professor de múltiplos saberes, eruditos, populares e da natureza, vivia em Moçambique desde 1964, crítico do regime ditatorial. Com uma atenção plena àqueles com quem lidava, foi um verdadeiro Mestre, que me deu a mão, como a tantos outros, para conseguir saltar para a outra margem do oceano, ultrapassar os meus limites paralisadores, ousar ser o que queria e fazer aquilo em que acreditava. Foi, para mim, um amigo maior, uma referência estruturante, uma inspiração permanente pela sua humanidade e criatividade, também pela sua exímia capacidade

de conceção construtiva alternativa, pelo seu engenho ao nível da formação popular, pelos seus manuais de divulgação de técnicas alternativas, no quadro do que chamava as técnicas básicas de aproveitamento racional da natureza (TBARN).

O José Forjaz, foi o meu Diretor nos meus primeiros cinco anos em Moçambique, que nos transmitiu a sua grande paixão pela arquitetura, a fina sensibilidade plástica e a forte capacidade de fazer acontecer, bem como a sua grande capacidade reflexiva sobre as questões urbanas e do desenvolvimento socioespacial, focalizado na construção de um território menos desigual no quadro de “um país por fazer”. Nos primeiros dez anos de independência de Moçambique, colocou as suas valências ao serviço da reconstrução do novo país, que se tornou a sua principal missão, valorizando a dimensão política do seu papel de arquiteto. Para José Forjaz, tendo sido concretizada a revolução política, importava conceber um novo modelo de cidade que respondesse à nova sociedade sem classes a que se aspirava. As suas principais batalhas foram o acesso a condições dignas de habitação para todos e a articulação do planeamento económico com o planeamento físico (*Plano, projeto e planeamento físico*, 1984). Em 1983, criou o Instituto Nacional de Planificação Física (atual Direção Nacional do Ordenamento do Território e Reassentamento) e, em 1986, com o apoio da cooperação italiana, a Faculdade de Arquitetura e Planificação Física (atualmente Planeamento Físico), onde foi professor e seu Diretor entre 1990 e 2009.

Ele conseguiu juntar à sua volta, na Direção Nacional da Habitação e depois no Instituto Nacional de Planificação Física, um conjunto de técnicos vindos de variados horizontes: da América Latina, mas também do norte da Europa e da América do Norte e, não apenas cooperantes do Leste, como fazia a maioria das instituições públicas. Muitos jovens técnicos aí se juntaram, também eles acreditando que era possível transformar a sociedade, transformando o território. Aí me embrenhei ativamente nesse riquíssimo laboratório experimental sobre o quê e como fazer. Quando, mais tarde, numa pesquisa sobre as casas dos emigrantes no Norte de Portugal, com a Roselyne Villanova e a Carolina Leite (*Maisons de rêve au Portugal*, 1994, ou *Casas de sonhos*, 1995), ouvi emigrantes afirmarem: “foi a França que me deu o ser”; eu pensava: a mim “foi Moçambique que me deu o ser”, ou me permitiu tecer a minha nova identidade. A minha forte ligação a Moçambique e ao continente africano vem desse então. Ainda me comovo quando revivo esses momentos, que foram de permanente encantamento e aprendizagem, em todas as dimensões. Foi um período excecional, para todos que acreditávamos que estávamos a colaborar na construção de um outro mundo possível. Não havia insegurança na cidade. Confraternizávamos em vários lugares e momentos, entre os estrangeiros com o mesmo empenho e com os moçambicanos à procura de novos caminhos. Trabalhávamos muito e discutíamos tudo, a política, o desenvolvimento, novas maneiras de pensar e fazer urbanismo, o ensino de base e a vida. Claro, este microcosmo não estava isento de tensões e contradições e foram estas que me levariam posteriormente ao mestrado e ao doutoramento.

Da minha estadia em Moçambique, destaco o meu vínculo com a formação de quadros. Foi para isso que o Pitum me chamou em 1979, por conhecer o meu interesse e empenho na alfabetização para adultos no Catujal. Entre 1979 e 1984 e depois entre 1988 e 1989, fui responsável pela formação de quadros em habitação e assentamentos humanos, primeiro ao nível elementar na Direção Nacional de Habitação, depois básico e médio, no Instituto Nacional de Planificação Física. Trabalhávamos noções básicas



de planeamento urbano e rural para melhorar as condições de vida nos bairros e nas aldeias. A minha experiência na alfabetização para adultos, seguindo o método Paulo Freire, encontrou aqui uma oportunidade de se fortalecer, agora no meu campo profissional, bebendo da criatividade de António Quadros e da visão do José Forjaz e apostando na formação e transformação dos jovens, que abraçavam o desafio de se tornarem técnicos e, alguns, chefes dos serviços provinciais de planificação física.

Tive também a oportunidade de participar em 1981, na primeira pesquisa de campo feita no Moçambique independente, sobre a transformação do habitat rural na sequência da implantação em todo o país rural da política das aldeias comunais. A pesquisa era coordenada por Adolfo Casal e por José Fialho, antropólogos (*Contribuição para o estudo do habitat moçambicano, Distrito de Vilanculos, Inhambane*), tendo contado com a colaboração de um historiador, uma geógrafa, bem como com a participação do Eric Bouchet e minha no levantamento e desenho da organização das povoações e das suas construções. Foi uma experiência magnífica que me permitiu sentir e compreender a riqueza do modo de vida das populações rurais, que o ideal de urbanização inscrito na política das aldeias comunais viria a desestruturar. Essa imersão profunda no mundo camponês através da escuta da palavra e do registo das formas no espaço e as reflexões que esta e outras pesquisas suscitaram, conduziram-me a desenvolver uma pesquisa em doutoramento sobre o que chamei de urbanização de aldeias e casas, processo violento de aceleração da urbanização do campo, neste caso por decisão política.

Outro contributo decisivo para a minha reflexão e a minha abordagem na pesquisa de terreno, foi a investigação que estava a ser realizada, nesse período, para o seu doutoramento, por Christian Geffray, um filósofo e antropólogo francês, com um trabalho de campo aprofundado de quase um ano entre os macuas do distrito Erati, em Nampula, no Norte de Moçambique, visando compreender as suas relações sociais (1990, *Ni père, ni mère. Critique de la parenté: le cas makhuwa*). Estávamos em 1984, a guerra civil estendia-se a todo o país rural e Geffray foi o primeiro a compreender que o conflito armado, iniciado em 1978 por um grupo de mercenários, a soldo da África do Sul, se tinha estendido a todo o país rural, pelo descontentamento provocado pela política de desenvolvimento rural e especificamente pela política das aldeias comunais (1990, *La cause des armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile*). Lançada para melhorar a produção e as condições de vida no campo, esta política assentou na desestruturação do modo de viver, produzir e habitar camponês, o que criou uma base social de populações descontentes, que se aliaram à guerrilha antigovernamental, a RENAMO, contra a FRELIMO. O olhar antropológico do Christian Geffray, teve uma influência fundamental na pesquisa que depois realizei sobre o impacto da política das aldeias comunais no modo de habitar dos camponeses no distrito de Manica. Deu-se aqui uma mudança estruturante de toda a minha abordagem.

**PM: No regresso a Lisboa, como é que essa experiência tão marcante contribuiu para a tua ação como investigadora e professora?**

Entre o meu regresso de Moçambique, em 1989, e a entrada na Faculdade de Arquitectura, em 2002, passaram-se treze anos. É neste período que realizei a minha pesquisa de doutoramento. Tinha feito um primeiro trabalho de campo nas aldeias de Manica em 1989 e faço um segundo trabalho de campo mais aprofundado em 1990. O

país estava ainda em situação de guerra civil e o sofrimento expresso nos depoimentos que recolhi, pela violência física e psicológica de que os entrevistados haviam sido alvo e/ou a precariedade económica em que viviam, não me permitiram durante algum tempo mergulhar nesses testemunhos dramáticos. Entretanto, de volta a Portugal, sou convidada pela Associação de Desenvolvimento Local In Loco, sediada em Faro, a conceber e orientar um curso de verão para finalistas universitários, sobre o património da aldeia de Alte, no Algarve. Foi outra experiência enriquecedora, onde segui os mesmos princípios com que vinha trabalhando de escuta e inclusão dos habitantes na reflexão sobre o seu modo de vida e de habitar, na aldeia. O trabalho continuou com o suporte da Câmara, com o apoio de um artista da aldeia, o Daniel Viera, apaixonado pelo património antigo e com duas das finalistas. Uma delas, a Júlia Carolino, antropóloga, é hoje investigadora da FAUL e membro ativo do Gestual. O resultado desse trabalho foi a organização de uma exposição itinerante da pesquisa realizada, com animação de debates públicos em Loulé, na aldeia de Alte e em vários lugares da freguesia. Eu prossegui a pesquisa por mais um ano, o que conduziu à elaboração de uma monografia (1995, *Alte na roda do tempo*), também ela distribuída e debatida localmente tendo acabado por fazer parte da minha tese de doutoramento.

Ao longo deste período antes de entrar na FAUL, surgiram projetos de arquitetura, outras pequenas pesquisas e ações de formação popular. Já no final da década de noventa, quando estava a acabar o doutoramento (concluído em 1999 na Universidade de Paris XII, graças a uma bolsa da FCT), fui convidada pelo CEsa (Centro de Estudos sobre África) do ISEG, através do economista Carlos Sangreman Proença, a participar em dois projetos de pesquisa aprofundada sobre as periferias de Luanda e Maputo (1998 e 1999), que tiveram como investigador responsável, o Professor Jochen Oppenheimer. E foi assim que cheguei às margens urbanas africanas, quando até aí o meu foco era a transformação do habitat rural. As equipas dos dois projetos eram multidisciplinares o que enriqueceu os nossos olhares sobre as condições de vida e de habitar dos habitantes dos subúrbios que maioritariamente estavam num processo de passagem do rural para o urbano, um processo acelerado nas duas cidades, dada a situação de guerra civil nos dois países (2002, *A pobreza em Maputo*; 2007, *Subúrbios de Luanda e Maputo*). Na altura, eu era membro de dois centros de pesquisa em estudos africanos, para além do CEsa, o CEA do ISCTE, mas não tinha nenhum vínculo institucional, tendo sido bolseira no final do doutoramento e depois em pós-doutoramento. É no final deste percurso de pesquisa fora da Universidade, em 2002, que sou convidada a dar aulas na Faculdade de Arquitetura.

Em termos teóricos, nas pesquisas iniciais comecei por fazer um trabalho empírico assente na observação da transformação do espaço. Depois, fui alimentando a reflexão sobre essa metamorfose com um conjunto de autores, especialistas do urbano e do habitar, mas também da sócio-anthropologia, como foi o caso do Pierre Bourdieu, do Anthony Giddens, ou do Jean-Pierre Olivier de Sardan, este um antropólogo africanista (*Socio-anthropologie du développement em Afrique*, 1995) que me trouxe noções cruciais para o trabalho de campo (*La politique du terrain*, 1995) sobre as aldeias comunais em Moçambique, para a compreensão dos dados recolhidos, para as ações de restituição e debate público e também para a ação local. Mas o principal autor que estruturou o meu pensamento e a minha leitura da transformação do espaço foi Henri Lefebvre com a sua vasta obra - de que destaco *La production de l'espace* (1974) - que



devorei com o suporte do meu orientador, Jean--Pierre Frey, um lefebvriano convicto, da escola de sociologia do habitar, que desenvolveu várias pesquisas sobre a noção de tipos de habitação significativos dos grupos sociais, noção de que me apropriei e aprofundei nas minhas pesquisas em diferentes contextos.

Uma divergência com o meu orientador, defensor da investigação fundamental, face ao meu interesse pela investigação aplicada e pela investigação-ação, e, especificamente, pela interação com os sujeitos e os territórios de estudo, obrigou-me a justificar teoricamente a restituição e o debate público, ao mesmo tempo numa lógica de (inter)ação e numa lógica de investigação, como um contributo heurístico. Esta abordagem foi desenvolvida no doutoramento nos dois terrenos: em Alte, com a distribuição e debate em torno da monografia que referi antes, mas também em Manica, em Moçambique. Aqui, o resultado da pesquisa empírica deu origem a um caderno que compilou extratos dos discursos dos camponeses, o qual foi afinado com o meu “guia” local, o Jorge Lampião, meu ex-aluno na formação de quadros médios de planificação física, no Instituto Nacional de Planificação Física e, então, chefe do serviço Provincial de Planificação Física de Manica. Com o seu imprescindível apoio, o caderno foi distribuído aos aldeãos que pela primeira vez tinham acesso a uma publicação que falava do seu viver pelas suas próprias palavras. A distribuição do caderno facilitou a organização do debate público, em pequenos grupos e depois em grandes assembleias organizadas pelos líderes locais em ambiente de festa. Foi um momento grandioso que devolveu a palavra pública aos camponeses, durante anos proibidos de criticar a política das aldeias comunais que tinha desestruturado a sua produção e o seu habitar. Foi um momento transformador para todos, para a investigadora, para o seu “guia” e também para os líderes locais e para os camponeses, homens e mulheres, que num processo de catarse coletiva libertaram a sua palavra pública. Estes eventos ocorreram em 1991, ainda em período de guerra, não se podendo criticar abertamente a política governamental, mas um ano antes do Acordo de Paz, começando a emergir alguma abertura. Não houve oportunidade de estudar o impacto desta ação de restituição e debate público, a curto e longo prazo, na transformação local, mas a receção dos vários eventos pelas centenas de participantes foi muito entusiasta e o debate gerado muito frontal e relevante.

Esta metodologia de restituição e debate público serve os investigadores, porque permite aferir os resultados apurados e recolher novos dados, mas serve também as pessoas entrevistadas que desse modo têm acesso ao conhecimento produzido a partir das suas falas e da observação dos seus lugares. A pesquisa não se restringe assim apenas ao meio académico, e não beneficia apenas os cientistas e os seus currículos, mas permite enriquecer também a reflexão e o quotidiano das pessoas. Aplicámos a mesma metodologia nas duas pesquisas depois realizadas nos subúrbios de Luanda e Maputo (*Restituição e debate público em Luanda e Maputo*, 2007). Para além da restituição, a minha colaboração nestas duas pesquisas, centrou-se nos sinais espaciais da pobreza, na transformação da habitação popular (com a colaboração e sensibilidade da Cristina Salvador que se focou em Luanda), no papel das ONG (com o Mário Ribeiro) e no impacto dos instrumentos de planeamento e gestão na transformação dos subúrbios. Sem o saber, estava-me a aproximar dos temas que viria a abordar na Faculdade. A minha entrada na Faculdade, em 2002, deixa-me perplexa, sinto-me a





entrar num mundo a que não pertenço, a que sou completamente estranha e questiono-me: “O que é que eu estou aqui a fazer?”. Acabei por aqui permanecer vinte anos...

**GF: Vens da prática para a investigação, trazes contigo essa bagagem da ação. Fundas o GESTUAL, que é um grupo de investigação que toca sobre as margens, intervém sobre territórios, gera impacto nas comunidades e acaba por agitar um pouco as águas na academia. Queres falar de como nasce o GESTUAL, quais são os princípios que norteiam o grupo de investigação e de quais os impactos que o grupo tem gerado, não só académicos, mas também na vida das comunidades com quem tens dialogado?**

Quando comecei a dar aulas na Faculdade, tive a sorte de ser chamada para orientar a disciplina de Projeto IV, a alunos do quinto ano de Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial. A Margarida Moreira, com uma singela e bem empática capacidade de acolhimento e então a diretora do Departamento de Urbanismo, propôs-me que trabalhasse com os alunos sobre o PUZRO, o Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental. O primeiro passo foi levar os alunos a explorar toda a zona até à Expo, marcada por contrastes, palácios e quintas, fábricas e casas populares, na altura, com muitos recantos não urbanizados, ou pouco urbanizados. O tema interessou-me. Estava então ainda a acabar a investigação sobre os subúrbios de Luanda e Maputo, outras margens bem mais precárias. Decidi que continuaria a trabalhar com os alunos sobre o mesmo tema noutras paragens. Por sugestão da urbanista Teresa Craveiro, a diretora do Planeamento Estratégico da Câmara Municipal de Lisboa, levei os alunos para a coroa Norte, entre a Calçada de Carriche e Carnide, onde se localizavam vários bairros de génese ilegal. Um grupo de estudantes fez o levantamento e caracterização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) aí situadas. O trabalho ficou muito bom e foi aproveitado pela autarquia para decidir o plano de ação para essas AUGI, graças ao interesse e dinamismo da Teresa Craveiro. No ano seguinte escolhi a área do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar e, nesse ano, levei os alunos de autocarro a visitar outras periferias do município da Amadora e nesse percurso passámos perto do bairro da Cova da Moura, que eu não conhecia. Uma aluna aponta o bairro e diz: “É ali que nós devíamos estar a trabalhar”. Fiquei a pensar “Porquê ali?”

Fiz pesquisa sobre o bairro, compreendi a sua dinâmica associativa e, entretanto, participei no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, organizado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) em Coimbra, onde apresentei a investigação sobre Maputo. Na sessão em que participava, um colega sociólogo, o Francisco Lima Costa, apresentou uma pesquisa sobre o projeto de turismo étnico Sabura, que era desenvolvido na Cova da Moura pela Associação Cultural Moinho da Juventude (*Turismo étnico, cidades e identidades: o projecto “Sabura - África, aqui tão perto!”*. Uma viragem cognitiva na apreciação da diferença, 2006). Combinei logo ir com eles visitar o bairro e conhecer essa associação. Assim fiz. De repente, era como se tivesse voltado a África e sentia-me em casa. Desenvolvi contactos com a Associação Moinho da Juventude e com as outras associações do bairro e, no ano seguinte, levei os meus alunos do quinto ano a estudar o município da Amadora, tendo escolhido a Cova da Moura, como um dos bairros a aprofundar, em estreita interação com as associações locais, o que foi bem acolhido pelos alunos, apesar das críticas que suscitou na instituição. Uns anos depois, em 2010, a Trienal de Arquitectura levou os estudantes de várias faculdades a ensaiar a qualificação da Cova da Moura... eu tinha chegado cedo

demais! Entretanto, em junho de 2005, a Associação Cultural Moinho da Juventude organiza um seminário “A qualificação do bairro é possível se a gente quiser” em que os meus alunos com propostas sobre o bairro da Cova da Moura são convidados a apresentar os seus trabalhos. O seminário recebe a visita do Presidente Jorge Sampaio e do novo Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão, que em setembro do mesmo ano lança a Iniciativa Qualificação e Reinserção Urbana de Áreas Críticas, escolhendo como um dos casos piloto, o bairro da Cova da Moura. A relação que nesse ano letivo estabelecemos com as associações, levou-nos a apoiar a Comissão do Bairro no acompanhamento desta iniciativa, num trabalho persistente ao longo de alguns anos, dando a oportunidade à realização de vários estágios emancipadores que colaboraram em ações de melhoria do bairro. No ano seguinte, deixei de dar aulas de Projeto ao quinto ano, porque foi considerado que o meu foco nas margens não era oportuno para os estudantes do quinto ano.

Lanço então em 2006 duas disciplinas optativas – “Subúrbios Habitacionais” e “Urbanismo nos Países em Desenvolvimento” - para poder aprofundar com os estudantes interessados, o tema das margens, ao nível da investigação e do projeto-ação, ensaiando diferentes dinâmicas de extensão universitária. Estas disciplinas atraíram muitos jovens sequiosos por uma outra forma de pensar e fazer arquitetura e urbanismo. A segunda disciplina cativou, entre outros, o Gonçalo Folgado e o João Martins, com quem, uns anos depois, iniciáramos uma pesquisa participativa no Bairro 2 de Maio que os lançaria na dinâmica dos projetos BIP-ZIP. As duas disciplinas foram depois transformadas numa única, “Qualificação de Áreas Urbanas Críticas”, lecionada num mestrado pré Bolonha e esta foi depois convertida em “Qualificação de Subúrbios Habitacionais”, oferecida sobretudo aos novos mestrados Bolonha, sempre com bastante afluência.

Em 2007, de novo com o apoio da Teresa Craveiro e de colegas da FAUL, logramos o financiamento da FCT a um projeto de investigação sobre os “loteamentos clandestinos” na Área Metropolitana de Lisboa, em confronto com a situação mais ou menos similar em São Paulo, Istambul e Maputo. Para além de um levantamento exaustivo de todas as situações na AML, trabalhamos com os técnicos municipais responsáveis pelas AUGI e com algumas Comissões de Administração Conjunta dinamizando vários encontros para estimular o debate da situação. Foi uma excelente oportunidade de aprender como fazer, com quem está no terreno fazendo. Essa pesquisa foi posteriormente atualizada e deu origem a uma colaboração específica com o processo de reconversão da Vertente Sul do município de Odivelas, um laboratório complexo e dinâmico, que recorreu a diferentes instrumentos e que nos permitiu, no quadro da nossa participação, a articulação entre investigação-ação, formação e extensão universitária.

Embora tendo sido retirada de professora de Projeto do quinto ano, o que impediu de desenvolver com os estudantes projetos mais aprofundados sobre a qualificação das margens, foi possível, nestas disciplinas optativas e nos projetos de pesquisa, reforçar esta abordagem tripartida entre formação, investigação e extensão universitária. Os princípios subjacentes a este percurso na Faculdade são os mesmos que norteiam o nosso grupo de estudos, GESTUAL. Sublinho, em primeiro lugar, a dimensão territorial: o foco nos territórios das margens, que têm estado secundarizados nas escolas de arquitetura que privilegiam a arquitetura e o urbanismo do espetáculo. Hoje felizmente há uma nova geração de arquitetos e urbanistas que trabalha sobre estes temas e

territórios e há cada vez mais relatos de experiências relevantes em Portugal e em várias partes do mundo, bem como textos teóricos de suporte à prática ou sobre a prática. Como antes referi, o meu autor de referência foi, desde cedo, o Henri Lefebvre, com a sua noção basilar (1974), do espaço como produto social – o espaço habitado como expressão da sociedade que o produz, mas também ele próprio produtor do social. Outro livro seu, anterior, *O Direito à Cidade* (1968), revelou-se crucial para a reflexão sobre as margens, sobre como intervir nelas e sobretudo para reconhecer o papel maior dos seus habitantes na sua transformação. Conhecer estas realidades socioterritoriais, refletir sobre os paradigmas de intervenção, entender os meandros da participação e a interação com todos os que estão no terreno, saber escutar os desígnios locais e associar a transformação espacial à transformação social, das comunidades com que trabalhamos e de nós próprios, tornou-se central. A produção do conhecimento, no quadro do GESTUAL, configura-se assim uma produção social do conhecimento, que não é só um conhecimento académico ou científico, mas incorpora e se cruza com os saberes dos outros atores, líderes locais e das comunidades. Nesta linha, sublinhamos outra dimensão estruturante, a do urbanismo de proximidade; em vez de uma abordagem tecnocrata e de gabinete, a procura de ferramentas que nos aproximem da realidade socioespacial. E também a dimensão da restituição e do debate público desenvolvida nas pesquisas anteriores e que foram trazidas para o ensino, para a pesquisa e ação desenvolvida no contexto da faculdade. Estes são alguns dos princípios norteadores do GESTUAL que deram origem a diversas dissertações e projetos de mestrado e teses de doutoramento que aprofundaram esta abordagem e traçaram novas pistas práticas e reflexivas do que fazer e como fazer.

**PM: Tens tido um papel determinante na formação de uma geração de arquitetos e urbanistas “insurgentes”, dos quais o Gonçalo é um excelente “produto”, entre tantos outros. Como é que te vês no papel de educadora, que abre caminho para que tantos jovens iniciem as suas práticas e as suas pesquisas nestes territórios das margens?**

Essa pergunta é muito simpática, não sei se tenho realmente esse papel, mas gostaria! Vale a pena referir um testemunho familiar: o meu bisavô Simões Raposo foi professor da Casa Pia que sempre rejeitou honrarias, para se dedicar à sua missão de educador. Era um professor nato. O seu legado sempre ficou na minha memória e me inspirou. Por isso, eu começo com a alfabetização para adultos no Catujal, em Loures, e vou para Moçambique trabalhar na formação de jovens, ao nível elementar, básico e médio, futuros técnicos do planeamento. Mais importante do que fazer currículos (e a universidade, neste momento, está presa à extensão dos currículos) é contribuímos para a transformação dos outros, enquanto nos transformamos a nós próprios. Eu aprendo imenso com todos os jovens que por mim passaram. Às vezes ouvem-me suspirar quando estou a corrigir textos mal escritos, de estudantes com boa capacidade reflexiva mas sem formação para a escrita. Eu também tinha muita dificuldade em escrever, pois também venho do mundo do gesto e da forma. Para começar a escrever tive de ler muito, fazer muitas fichas de leitura, tomar muitas notas, entender os conceitos estruturantes e a estrutura da escrita. Este esforço pode ser muito doloroso para os que vêm das artes plásticas e da arquitetura. Requer muito empenho. Eu assumi esta missão de ajudar os jovens a escrever melhor para pensarem melhor.

Muitos que vêm ter comigo, ao nível do doutoramento, foram testemunhas na sua prática profissional de realidades dolorosas. Tal como eu percebem que boas intenções técnicas quando não escutam os designios locais podem ser extremamente dramáticas e gerar conflitos violentos ou maiores precariedades. Para contribuir para melhores soluções para uma vida mais harmoniosa para todos, é crucial conhecer melhor a realidade. Nós técnicos não somos os detentores da verdade. Precisamos de saber escutar os outros, de incorporar na nossa prática o direito à participação de todos, o direito à obra (*oeuvre*), a que se referia Lefebvre, como o direito maior do Direito à Cidade. Fazer “com” em vez de fazer “para”. As noções em voga de co-conceber, co-produzir, vêm desta percepção de que só fazendo com as pessoas, é possível colaborarmos na construção de um mundo melhor.

Ao nível da formação dos jovens, tenho um prazer enorme em contribuir para que cada um cresça e desenvolva as suas potencialidades. Mais que ser um bom técnico, importa ser o melhor possível de si próprio. Há uma referência ao papel do ensino no livro que o Francisco Louçã escreveu com Michael Ash (*Sombras. A Desordem Financeira na Era da Globalização*, 2017) que gostaria de assinalar: desde os anos setenta, as escolas de economia americanas forjaram, pela conceção e implementação de novos programas e metodologias, uma nova geração de economistas defensores do neoliberalismo e da financeirização da economia. O papel da escola é determinante no caminho dos futuros profissionais e líderes de amanhã e a mensagem que os professores transmitem é determinante. A universidade tem estado sob a alçada da visão neoliberal e competitiva da economia, que se traduz, ao nível da arquitetura e no urbanismo, nos grandes projetos arquitetónicos e urbanos, feitos para a revista, potenciadores da desigualdade, em vez de geradores de melhores condições de vida para todos. Se entusiasmarmos os jovens para o melhor que têm de si próprios, conseguimos que o amanhã seja um mundo melhor também. Na linha de Henri Lefebvre, de que um outro espaço só é possível quando houver outra sociedade, a Universidade pode formar jovens capazes de contribuir para cocriar outro espaço, menos desigual e mais justo, mais coeso e menos competitivo. Hoje a Universidade, a investigação está muito marcada pela competitividade e pelo prestígio individual. Enquanto assim continuar, a Universidade reproduz o mundo tal como ele está, em vez de colaborar na invenção de um mundo melhor, na construção de uma sociedade outra e um espaço outro. A transformação está de qualquer modo a acontecer, mas qual será o papel da Universidade nesta transformação?

**PM: Atualmente coordenas o projeto África Habitat. Podes falar-nos desse, e de outros projetos a decorrer, e também de futuros projetos?**

O meu projeto futuro será noutras áreas, mas quero acabar estas dimensões da investigação sobre o espaço social ligada à formação e à extensão universitária sobre as margens. Aqui, como referi, o fazer com as comunidades, esteve presente desde o meu início profissional, desde o SAAL, as aulas de alfabetização, as aulas em Moçambique, o trabalho em Alte. O livro de Alte foi editado com apoio da Câmara e da associação In Loco, e pretende-se que haja uma nova edição, que tem vindo a ser protelada pela minha sobrecarga de trabalho. Também quero rever e editar a minha tese. Estas são publicações no quadro de investigações antigas, que quero rematar. Há duas publicações em curso, resultantes da forte interação com as comunidades e dos trabalhos de extensão académica, uma sobre o bairro da Torre e outra sobre o bairro



da Cova da Moura, esta com a Júlia Carolino, a antropóloga da nossa equipa, que esta agora a fazer uma plataforma sobre os olhares sobre o bairro. Está também em atualização a publicação sobre “o habitar nos subúrbios de Luanda e Maputo”, integrada no Projeto África Habitat. No quadro deste Projeto, será também editado o material elaborado para a disciplina optativa de Qualificação de Subúrbios Habitacionais (e suas antecessoras), com as reflexões que fui desenvolvendo com os estudantes, e o que com eles aprendi bem como com todos os convidados, ao longo de quinze anos. Uma menção particular a duas professoras brasileiras, pós-doutorandas na FAUL, no quadro do Projeto África Habitat, Andrea Arruda e Débora Cavalcanti, que acompanharam as aulas nos últimos dois anos, bem como à Sílvia Jorge, que como bolsista do África Habitat e do Gestual, também acompanhou a disciplina.

Pela minha colega Cristina Henriques soube do concurso lançado pela FCT e Rede Aga Khan para o Desenvolvimento, para financiamento de pesquisas centradas sobre África. Eu já não pensava concorrer a mais concursos, mas, de repente, África bateu-me de novo à porta! Assim desenhamos o Projeto África Habitat<sup>21</sup> e tivemos a sorte de obtermos o financiamento. Para mim, foi a melhor maneira de terminar este meu percurso académico: voltar à terra que me deu o ser, Moçambique. Neste projeto, uma vez mais, o trabalho é sempre desenvolvido com os parceiros locais, a academia, a sociedade civil, os atores técnicos e os líderes comunitários. Várias pesquisas estão em conclusão, com as instituições parceiras locais, mais operacionais ou mais académicas, pós-doutoramentos, doutoramentos e mestrados. Refiro nomeadamente, em Luanda, à pesquisa-ação experimental que o Paulo Moreira, membro bolsista do projeto, está a desenvolver com a ONG DW e o suporte do seu diretor o Allan Cain; à pesquisa para doutoramento do Osvaldo Bráz com as comunidades dos musseques do Cazenga; à dinamização de debates com arquitetos, estudantes e administração pública pelo Ilídio Daio e colegas da UAN e de Lisboa. Em Maputo, a pesquisa para doutoramento da Jéssica Lage envolve as comunidades de três bairros na reflexão sobre o seu habitat; com o apoio do Projeto Kaya Clínica e da Faculdade de Arquitetura da UEM, três jovens arquitetos muito empenhados, o Moisés Francisco, o Martin Mganyasi e a Milousa António estão a concluir uma pesquisa extensiva aos 44 bairros periféricos da capital sobre os desafios e as intervenções de que têm sido alvo. Esta pesquisa coletiva em várias frentes, com pesquisadores seniores e juniores, de Angola, Moçambique, Portugal e também do Brasil, envolve um conjunto alargado de parceiros, em interação com atores e comunidades locais, visando entender a diversidade de situações e intervenções nas “margens urbanas”, com foco em Luanda e Maputo e como fazer melhor. Em Portugal, na AML, a percentagem média de cidadãos a viver nas “margens” auto ou coproduzidas, não chegará aos 10%; em Luanda e Maputo, a percentagem ronda entre os 80 e os 70%, correspondendo a vários milhões de pessoas a viver sem infraestruturas e em condições habitacionais precárias. Poder-se-á falar de margens, quando constituem a grande maioria dos habitantes dessas cidades? O que se pode fazer? Qual o nosso papel de arquitetos e urbanistas e outros técnicos e investigadores, face a uma dimensão tão vasta? Todos os países do Sul estão a braços com esta realidade, inerente à *produção capitalista do espaço* (Harvey, 2005) e à contínua concentração e atração urbana. Muitos que chegam à cidade, não têm recursos para se instalar nas áreas urbanizadas e procuram as soluções alternativas possíveis para a sua habitação e para o acesso às infraestruturas básicas. O nosso desafio foi refletir sobre a situação nos dois casos de estudo, Luanda e Maputo, cruzando com a situação

em cidades brasileiras e na AML (onde se localiza a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, a instituição coordenadora do Projeto África Habitat). Para além das duas publicações coletivas ligadas à pesquisa, agora em conclusão, pretendemos organizar um seminário final, em Lisboa, em fevereiro, depois dos seminários finais em Luanda e Maputo. Esta será a minha última missão neste percurso académico.

**GF: Apresentas esta dimensão mais racional sobre o mundo, mas é impossível dissociar essa racionalidade de uma dimensão sensitiva, humanista, que até te leva para um lado espiritual. Como te moves entre estas dimensões?**

Belíssima pergunta, que se articula muito bem com o facto de eu ter tido um desastre, há dois anos, no trabalho de campo, em Luanda, que provocou um hematoma subdural crónico que quase me transportou para outra dimensão. Quando tive o desastre, percebi que algo de muito grave se tinha passado. Mas fiquei dois dias em repouso absoluto, fazendo meditação e consegui ficar os restantes dez dias em Luanda a conduzir o trabalho de campo nas suas “margens”. Quando cheguei a Lisboa, fui ao hospital, e pouco depois tive de ser operada de urgência ficando cinco meses de baixa. Continuar viva foi uma oportunidade para poder concluir as pesquisas pendentes e preparar-me para outros caminhos, que vão da esfera artística à procura de maior conexão com o universo. Como dizem o Henri Lefebvre e o David Harvey, nós transformamo-nos a nós próprios enquanto transformamos o mundo, mas esta transformação não é só uma transformação do saber intelectual, somos mais que o nosso corpo e a nossa mente, temos outras dimensões que importa resgatar e que são fundamentais para a construção de outro mundo.

**GF: Há pouco disseste que não sabias se eras vista como educadora. Eu não posso falar pelos outros, mas não quero deixar de agradecer-te publicamente pela inspiração, por nos ajudares a revisitar a bússola que te orientou, na dimensão técnica, mas também partilhando o teu olhar sobre o cosmos, que é um tema quase proibido numa sociedade cada vez mais racionalizada.**

Obrigada eu. Vocês serão os inspiradores das futuras gerações. Queria só deixar uma última reflexão sobre o papel da Universidade. Eu não consegui trazer a extensão universitária nas margens para o centro da atenção académica, não consegui que esta atividade fosse reconhecida e passasse a fazer parte do curriculum académico, como acontece no Brasil. A Universidade tem de reforçar a coesão, a empatia, o desenvolvimento humano. Urge que os planos de estudo integrem mais disciplinas optativas, que os professores orientem as suas matérias em função dos seus interesses de pesquisa, que a avaliação se torne uma oportunidade de aprendizagem mútua entre formandos e formadores, que se repense o sistema de notas que está completamente obsoleto e é parte integrante dos objetivos de competitividade que têm comandado o ensino. Há tanta coisa a mudar na Universidade! São vocês, mais jovens, cheios de energia e de imaginação, que poderão fazer a diferença, e contribuir para a mudança urgente na Universidade, na cidade, na sociedade, no ambiente deste planeta Terra.

---

<sup>1</sup> Para mais informação, ver <http://gestual.fa.ulisboa.pt/>

<sup>2</sup> Para mais informação, ver <http://africahabitat.gestual.fa.ulisboa.pt/>